

FLUXOS DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO E A MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA ORIENTAL BRASILEIRA NOS PRIMEIROS DECÊNIOS DO SÉCULO XXI

Gedson Thiago do Nascimento Borges ^a

José Raimundo Barreto Trindade ^b

Resumo: O objetivo desse artigo é verificar a evolução dos fluxos de Investimento estrangeiro Direto (IED) no setor mineral da Amazônia oriental, com o intuito de averiguar qual o nível de impacto que os investimentos estrangeiros dessa natureza podem causar na região. Nesse sentido, se avalia as limitações para o estabelecimento de um processo de desenvolvimento de base local, duradouro e socialmente enraizado. Para analisar a dinâmica do IED na região amazônica utilizou-se uma leitura crítica das teorias de localização e analisar a dinâmica da mobilidade do capital no espaço desde uma percepção teórica marxista. Além disso, utilizou-se também, de forma comparativa, a compreensão do papel do Estado hegemônico e da atuação das Empresas Transnacionais (ETN) para avaliar os determinantes dos movimentos do capital. Por fim, se faz uma análise do IED na Amazônia oriental a partir da base de dados do Banco Central do Brasil, chegando a conclusão que que há um reforço na ausência de ações que visam promover um crescimento econômico regional sob base locais, pois, tanto a base tecnológica usada na mineração quanto os resultados tributários, pouco retornam em benefícios sociais ao local de extração da atividade mineral.

Palavras-chave: Mineração; Amazônia oriental; Localização; Empresas Transnacionais; Acumulação de Capital.

Classificação JEL: B51; E11; Q32.

Abstract: The objective of this article is to verify the evolution of the flows of Foreign Direct Investment (FDI) in the mineral sector of the eastern Amazon, in order to ascertain the level of impact that foreign investments of this nature can cause in the region. In this sense, the limitations for the establishment of a locally based, lasting and socially rooted development process are evaluated. To analyze the dynamics of FDI in the Amazon region, a critical reading

^a FACECON/UFPA e SECTAN/Governo do Pará. E-mail: thiagoborgesufpa@gmail.com.

^b Professor do Programa de Pós Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: jtrindade@ufpa.br

of location theories was used and the dynamics of capital mobility in space were analyzed from a Marxist theoretical perspective. In addition, the understanding of the role of the hegemonic State and the role of Transnational Corporations (ETN) was also used, in a comparative way, to assess the determinants of capital movements. Finally, an analysis of FDI in the eastern Amazon is carried out from the database of the Central Bank of Brazil, reaching the conclusion that there is a reinforcement in the absence of actions that aim to promote regional economic growth on a local basis, because, both the technological base used in mining and the tax results, little return in social benefits to the place of extraction of the mineral activity.

Keywords: Mining; Eastern Amazon; Location; Transnational Companies; Capital Accumulation.

JEL Classification: B51; E11; Q32

1. INTRODUÇÃO

Na perspectiva do desenvolvimento econômico, enquanto expansão espacial da acumulação de capital, cada localidade apresenta aspectos intrínsecos relativos ao modo como o espaço foi ocupado, a peculiaridade da interação das relações sociais e econômicas capitalistas com as populações que originalmente ocupavam aquele território, bem como a velocidade de exploração dos recursos naturais ali presentes (BRANDÃO, 2004; HARVEY, 2005, 2013).

Assim, a localização das atividades econômicas pode determinar os fluxos de recursos materiais (valores de uso) no espaço global capitalista. Desse modo, busca-se apresentar aqui, alguns aspectos que possibilitem compreender os mecanismos de mobilidade do capital no espaço, principalmente voltado ao papel da mineração no espaço amazônico brasileiro.

A teoria da localização econômica convencional apresenta uma elaboração fundamentada nos princípios da economia neoclássica (marginalista), cuja ênfase recai em determinar o ponto ótimo (localização ótima) de um empreendimento econômico, a partir, da maximização dos lucros e/ou minimização dos custos (NORTH, 1977; FUJITA et al., 2002). Essa percepção, fortemente ideológica e limitada, já tinha sido objeto de crítica do próprio Marx em relação às concepções de Von Thunen, um antecessor da teoria neoclássica do espaço econômico, ainda no início do século XIX.

Mesmo considerando a relevância da localização, como vetor que pode determinar a origem da trajetória dos recursos, consideramos que estabelecer e ordenar a posição inicial dos fluxos de capital é central para definir o padrão econômico de ocupação do território. Assim, pretende-se analisar os elementos relevantes presentes na dinâmica de mobilidade do capital no espaço amazônico deste início do século XXI, tendo como fundo as leis do movimento do capital, tais como elaboradas por Marx (2013) e circundadas por Lefebvre (1991), Gaudemar (1977), Santos (2007) e Harvey (2005, 2013).

Inicialmente faremos uma leitura crítica das teorias locacionais formuladas pelos autores alemães Johann Heinrich Von Thunen (1910), Alfred Weber (1909) e August

Lösch (1952), colaboradas pelas interpretações críticas de Gaudemar (1977), Lemos (1988) e Harvey (2005), isso com o objetivo de mostrar a pertinência e maior eficácia teórica das leis de movimento marxianas e sua interação com o espaço super relativo do capital, em contraposição às teorias convencionais marginalistas.

Para tratar com mais propriedade os aspectos pertinentes à mobilidade do capital no espaço, investiga-se também, a relação entre Empresa Transnacional (ETN) e fluxos de investimento internacional, caracterizado aqui como Investimento Estrangeiro Direto (IED).

A particularidade entre a leitura crítica da teoria da localização, a dinâmica do IED e das ETN reside na capacidade de estudar quais os impactos que a mobilidade do capital engendra no espaço (*in loco*). Como observou Santos: os “espaços aparecem cada vez mais como se diferenciando por sua carga de capital” (Santos, 2007, p. 139). Algo tão visível na Amazônia oriental, na escala da grande exploração mineral e sua indução atratora sobre o IED.

Com base nesse instrumental teórico, assinala-se que este trabalho tem dois objetivos: primeiramente discutir, ainda que brevemente, alguns elementos teóricos pertinentes à teoria da localização, analisando-a de forma crítica, a fim de explicar como a mobilidade do capital estabelece o percurso do crescimento econômico e das relações de dominação no espaço, como já observou Santos (2007). Segundo, é fundamental compreender os impactos do investimento estrangeiro direto (IED) no setor mineral da Amazônia Oriental, assinalando a relevância do IED na distribuição regional, verificando sua influência sobre as exportações, produção mineral e apresentar as limitações de um desenvolvimento de base local, assentado nos fatores teóricos marxianos apresentados.

Além desta introdução e das considerações finais, este artigo está dividido em quatro seções: na segunda seção é abordada a mobilidade do capital no espaço, enfatiza-se a análise crítica dos modelos neoclássicos e das condições de expansão da acumulação; na terceira seção, aborda-se o papel do Estado (imperialista e periférico) e das Empresas Transnacionais; na quarta, por fim, se analisa o IED aplicado no setor mineral da Amazônia oriental e suas consequências.

2. SOBRE A MOBILIDADE DO CAPITAL E O ESPAÇO DA ACUMULAÇÃO

Na teoria econômica convencional neoclássica, a localização de empreendimentos produtivos quaisquer, se baseiam em padrões de equilíbrios, sejam gerais (walrasianos), sejam parciais (marshalianos), baseados em premissas referentes ao comportamento econômico dos indivíduos, centrados na maximização das chamadas “utilidades

marginais”, sendo que nestas teorias o espaço também é tratado como uma “utilidade” a ser maximizada¹.

Como bem observa Gaudemar, os neoclássicos não somente ocultam “o problema do espaço como campo onde se poderia desenvolver a mobilidade, mas além disso é com eles que se esfuma todo o tema do trabalho” (Gaudemar, 1977, p.125). As teorias econômicas burguesas, especialmente, a teoria neoclássica, resolvem o cálculo econômico tratando a sociedade enquanto um “ajuntamento de indivíduos”, cuja lógica de relações se estabelece com base em “expectativas racionais” e relações de mercado eficientes.

Deve-se chamar atenção para quatro diferenças entre as interpretações teóricas ricardianas (economia política clássica) e neoclássicas do espaço econômico: i) o espaço se torna linear e sua ocupação não está mais condicionada por nenhuma disputa social; ii) todo processo produtivo é a-histórico, o que implica que as alterações no espaço se dão de forma contínua e sem modificações ruptivas; iii) para os neoclássicos o conjunto da sociedade se reduz a “fatores de produção”, sendo o capital, trabalho e terra fatores a serem remunerados de formas distintas, porém o equilíbrio moral e espacial entre eles estaria dado; iv) por fim, todo o sistema se reduz ao princípio “marginalista”, que atribui o lucro a produtividade marginal do capital e o salário a produtividade marginal do trabalho (GAUDEMAR, 1977; FINE, 2020; MILONAKIS, 2020).

As teorias de localização podem assumir uma outra abordagem, à medida que se considere a localização de uma atividade econômica basicamente função da mobilidade do capital e da presença de recursos naturais e força de trabalho disponíveis para exploração, portanto estabelecidas a dimensão dos movimentos do capital no espaço (Gaudemar, 1977; Lemos, 1988), teremos assim uma teoria espacial da acumulação de capital. Assim, a localização estratégica de determinadas atividades econômicas vinculada a dimensão das leis do movimento do capital, cuja análise da mobilidade do capital encontra correspondência nos estudos da dinâmica de acumulação do capital em determinada territorialidade.

Os estudos formulados em circunstância relativamente diferentes, por autores alemães, como Von Thunen (1910), Weber (1909) e Lösch (1952), buscavam a seu modo, especificar o “ponto ótimo” onde um empreendimento econômico deveria ser estabelecido, interpretações que construíram a lógica ou ideologia neoclássica de interpretação do espaço capitalista. Esses teóricos elaboraram elementos importantes para analisar a mobilidade do

¹ A chamada “revolução marginalista”, que ocorre no final do século XIX, tendo autores como Jevons, Menger e Walras no centro das formulações que abandonam a Economia Política Clássica, mantendo somente os postulados do dedutivismo e do marginalismo, originam a teoria neoclássica. As formulações neoclássicas se estabelecem em torno de um pretense preço de equilíbrio de mercado. O método de equilíbrio parcial de Marshall considera o equilíbrio em um determinado mercado, em oposição ao modelo de equilíbrio geral, formulado por Walras, que considera a relação simultânea de todos os mercados (SANDRONI, 2001; MILONAKIS, 2020; MARSHALL, 1985; WALRAS, 1985; HUNT, 1988).

capital no espaço, pois, a questão sobre onde deve ser localizado um novo empreendimento, configura relevante pergunta.

Portanto, ao fazer uma releitura crítica dos modelos neoclássicos da teoria da localização, cria-se a possibilidade de observar, de acordo com a perspectiva locacional, a direção do capital no espaço, tendo como foco de análise o papel das empresas transnacionais *vis-à-vis* a dinâmica de acumulação do capital sobre o setor mineral da Amazônia oriental brasileira.

2.1. SÍNTESE DOS MODELOS MOCACIONAIS DE VON THUNEN, ALFRED WEBER E AUGUST LOSCH

Ainda no início do século XIX, Von Thunen, um dos primeiros autores a conceber teorias de localização das atividades econômicas, postulou a teoria do *Estado isolado* (1826), que idealiza uma economia nacional sem qualquer contato com o exterior, sendo que suas atividades são desenvolvidas, unicamente, de forma interna, num ambiente plano. Como observou Harvey, aquele autor se baseava na noção de um “constructo ideal”, o referido Estado isolado, porém “com observações empíricas (...) sobre o ordenamento espacial da produção agrícola” (Harvey, 2005, p.102).

Desse modo, sua análise baseou-se apenas no fornecimento de produtos agrícolas para um centro urbano. Sendo assim, esse Estado está dividido em círculos concêntricos, onde o centro consumidor, no caso um centro urbano, seria o polo atrativo para a venda dos produtos agrícolas. Para isso cada círculo representaria um determinado produto agrícola e sua localização está condicionada a natureza do produto e do custo de deslocamento, ou seja, custo de transporte.

Como observa Gaudemar (1977, p. 129), temos já no início do século XIX uma proposta de “sistema equilibrado”, onde a troca comercial no espaço se dá mediante a satisfação da demanda de mercado pelos “excedentes das diversas coroas” dos círculos de produção agrária.

Lemos (1988) aponta para possibilidade de generalização de um possível modelo baseado em Von Thunen para indústria e para o setor de serviços. O que nos interessa aqui, porém, é assinalar os efeitos que os custos de transporte têm sobre a decisão de investimento, sendo aspecto decisivo para os movimentos do capital no espaço, algo que a análise do referido autor pode contribuir se o analisarmos criticamente.

O capitalismo se expande conforme aquilo que Harvey (2005, p. 126) denomina de “ajuste espacial”, ou seja, a capacidade de acumulação condicionada pela absorção de novas “fronteiras” produtivas, assim como a necessidade de incorporação de novos territórios a acumulação exige uma crescente massa de capital fixo incorporado ao espaço, seja na forma de investimentos em malhas rodoviárias, ferroviárias, bem como insumos para produção em escala crescente, como Von Thunen já chamava atenção, porém

diferentemente de Marx (2013), aquele autor não observava que a incorporação desse “ajuste espacial” somente se dá em conformidade aos possíveis ganhos auferidos pelo capital deslocado no território, não se estabelecendo uma lógica de equilíbrio ou de ganhos estáveis no espaço de ocupação.

No caso do setor mineral, por exemplo, a estrutura mina-ferrovia-porto expressa aspecto considerável na dimensão dos custos em capital fixo relacionados à produção e transporte dos minerais. Nesse sentido, o desenvolvimento do setor mineral exige uma dinâmica de transporte tanto ferroviária como também transoceânica. Em relação à navegação de longo curso pode-se observar que “no caso do minério de ferro, três grandes empresas controlam o mercado transoceânico: a Companhia Vale, a Companhia Rio Tinto e a BHP Billiton” (TRINDADE, 2019, p. 22).

No entanto, apesar das subsidiárias e filiais das mineradoras Rio Tinto e BHP Billiton estarem localizadas na Austrália, próximo ao mercado asiático, importante consumidor de bens minerais, observa-se que, desse modo, se tem a efetiva possibilidade de alcançar reduzidos custos de transportes dado a menor distância, se comparados com o percurso dos minerais produzidos na região amazônica brasileira.

O modelo de localização tratado por Alfred Weber, o qual idealiza um modelo levando em conta a dicotomia entre a localização de uma atividade industrial próximo ao centro consumidor ou próximo a fonte de fornecimento de matéria-prima, é bem mais desenvolvido que aquele proposto por Von Thunen, porém como nota Gaudemar (1977, p. 129) ele se constitui “um prolongamento do pensamento ricardiano”. Alfred Weber buscou, principalmente, determinar o ponto ótimo (localização ótima) das atividades econômicas, a partir da minimização dos custos de transporte e dos custos de mão-de-obra, de maneira que esse custo total passa a ser determinante para localização final do empreendimento.

A exemplo da construção anterior temos aqui vários limitadores que devem ser assinalados: i) não considera que o capital apresenta uma constante alteração tecnológica que atua sobre o próprio espaço, inclusive ampliando os ganhos (rendas) obtidas pelas diferenças locacionais das fontes de matérias-primas ou de disponibilidade de mão-de-obra; ii) a mobilidade da força de trabalho não é tratada, pois estabelece “rigidez da oferta de trabalho”, como nota Gaudemar (1977, p. 134).

Estendendo essa análise para averiguar os movimentos do capital no setor mineral da Amazônia oriental, as atividades relacionadas à valorização do setor mineral na região se caracterizam pela baixa capacidade que as empresas apresentam para estimular processos de desenvolvimento local. Essa ínfima capacidade presente nas empresas do setor mineral regional amazônico, para impulsionar dinâmicas de desenvolvimento amplas e socialmente enraizadas, guarda relação como os seguintes aspectos: 1) falta de controle sobre dinâmica de inovação tecnológica; 2) ausência do domínio sobre novas organizações institucionais e 3) diminuta alimentação de processos endógenos de desenvolvimento duradouro. Esses aspectos apontam para a necessidade de considerar o papel das especificidades locais de natureza social, institucional, cultural e ambiental, como

elementos importantes para se implantar processos de desenvolvimento local (MONTEIRO, 2005).

Na perspectiva de Trindade (2019), a limitação do setor mineral amazônico em relação a geração de processos de desenvolvimento de base local está relacionada a sobreposição que a dinâmica econômica mineral da região tem com os processos de monopolização do setor, mediante forte dinâmica de concentração e centralização de capital que privilegia a dimensão externa do processo mineral (exportação), e sendo assim, compreende a região apenas como local para extração mineral, com baixo efeito transbordamento para o avanço de um desenvolvimento socialmente enraizado.

Por sua vez, o modelo locacional de August Losch, estabelece que as variáveis como, produção, condições de transporte, gastos e preferência do consumidor, conhecimento tecnológico, distribuição da população no espaço e matérias-primas ubíquas são constantes, de forma que ele introduz o pressuposto de economia de escala o que possibilita aumentar sua demanda no mercado.

A ideia central do modelo de August Losch é alcançar os ganhos adicionais de escala, e com isso, superar outras produções que estão distantes (localizadas) simetricamente, em comparação com a produção que desenvolveu as características de economia de escala. Para o que nos interessa aqui, cabe analisar três elementos importantes elaborados por Losch: i) primeiro, a curva de demanda no espaço é estabelecida levando em consideração a característica de que quanto mais abrangente for a curva de demanda, maior a capacidade de expansão do espaço de atuação; ii) segundo, a economia de escala², entendida dentro do campo de análise das questões espaciais neoclássicas, corresponde a um elemento endógeno na estruturação do espaço econômico; iii) e terceiro, a conjugação dos dois aspectos assinalados acima, se traduz na delimitação da área de mercado.

Nesse sentido, apreende-se que a construção do referido modelo permite inferir que, quanto menor forem os preços dos produtos, garantido assim pela aplicação da economia de escala, maior será a área de mercado alcançada. Desse modo, observa-se que o estabelecimento dessa dinâmica constitui um avanço e um sobressalto nas áreas de mercados dos concorrentes, de modo que a capacidade de concentrar a dinâmica da acumulação cria *a posteriori* a possibilidade de expansão econômica.

Portanto, teoricamente assinala-se que, diante dessas considerações depreende-se que os aspectos de mobilidade do capital se ajustam por inteiro a essa estruturação do espaço engendrada pelos avanços da incorporação de novas áreas de mercado, influenciado pelo crescente aumento da demanda, fruto das economias de escalas. Esses movimentos encontram sustentação na dinâmica da acumulação de capital, pois, à medida que o ritmo

² Economia de escala ou retornos crescentes ocorre quando os insumos da produção dobram e a produção mais que dobra, ou seja, disso resulta que, os custos médios de produção tendem a ser menores com o aumento da produção (FUJITA ET AL., 2002).

da acumulação aumenta, novos espaços são requeridos para atender as exigências da acumulação de capital.

Considerando os fatores limitadores das teorias convencionais expostos, consideramos alguns elementos que podem fundamentar a análise de mobilidade do capital especificamente no setor mineral na Amazônia brasileira: 1) a capacidade monopolizável espacialmente limitada de apropriação do potencial mineral; 2) a capacidade tecnológica de atuação, sobretudo na indústria de transporte de longo curso e escala (logística de transporte ferroviário e navegação oceânica); e 3) a intrincada relação entre os capitais do setor e as instituições estatais que definem a completa ou parcial apropriação da renda mineral pelos capitais privados (Trindade, 2019, P. 16).

A indústria extrativa mineral constitui um complexo fixado no espaço, considerando, inicialmente, as condições de lavra mineral, custos extrativos e qualidade do minério extraído. No caso amazônico, já amplamente estudados, o minério de ferro é caracterizado pelo alto teor de hematita³. Esses ganhos relacionados à elevada qualidade do minério amazônico estabelece um ganho adicional enquanto renda mineral (conferir Trindade et al., 2016; Trindade, 2019). Por outro, as minas de Carajás (N5 e SN11D), são a céu aberto, possibilitadas pelo desflorestamento e retirada de uma camada de laterita de menor escala (até 6 metros de profundidade). Essas minas por suas características naturais de exploração possibilitam uma vantajosa renda de monopólio para Companhia Vale.

Este tipo de empreendimento requer, também, uma ampla escala de capital fixo, na forma de prédios de estocagem, estruturas de lavagem e granulometria mineral, transporte na área de processamento via esteiras e, por fim, transporte via ferrovia até os portos de embarque. Essa infraestrutura social foi algo disponibilizado pelo Estado brasileiro, o que estabelece uma vantagem logística e ganhos diferenciais, porém também estabelece um padrão de exploração e exaustão das minas de forma acelerada, de forma que o tempo de uso das mesmas garanta o máximo de faturamento em proveito ao capital fixo em processo de desgaste; além do aproveitamento da conjuntura favorável de elevados preços internacionais do minério.

Diante disso, apreende-se que, a formação de uma economia sistêmica internacional, é resultado de um processo de expansão da acumulação e da necessidade de apropriação de novos espaços econômicos, para tanto, a mediação dessas novas relações socioeconômicas desperta a exigência do papel de um Estado capaz de conciliar as macros decisões possíveis, mediante a participação do capital transnacional, como tratados em seguida.

³ Os minérios extraídos das minas amazônicas apresentam uma alta concentração de ferro atingindo um teor 66,7% o qual supera tanto o teor de ferro das minas de Minas Gerais (60%) quanto das minas australianas que registram um teor de ferro em torno de 62% (Marques, 2019).

3. ESTADO HEGEMÔNICO, ESTADO NACIONAL E EMPRESAS TRANSNACIONAIS

Além da abordagem crítica sobre a teoria da localização, realizada por Gaudemar (1977), Lemos (1988) e Harvey (2005), que possibilitam apreender a dinâmica da mobilidade do capital no espaço, destaca-se também outra abordagem, associada a anterior, que depreende os fluxos de movimento do capital como elemento inerente à dinâmica da acumulação de capitalista. As Empresas Transnacionais ou Corporações Transnacionais “são amplamente reconhecidas como uma forma importante de empresa capitalista, definida pela propriedade de ativos produtivos [e financeiros] em mais de um país” (Radice, 2020, p. 121). A interação entre o capital transnacional e o Estado capitalista constitui ponto fundamental para análise das condições de mobilidade e localização da empresa capitalista.

O desenvolvimento do capitalismo se dá enquanto processo de reprodução contínua do capital, como um fenômeno que se expande do interior das economias nacionais avançadas, para além de suas fronteiras. Essa característica configura uma nova dimensão do processo de produção capitalista, e nesse sentido, a dinâmica das empresas transnacionais corresponde a esta nova magnitude do capital, e desse modo, reforça a compreensão de que a produção capitalista se espraia em instâncias mundiais (SARTI, 2004; SARTIFI, 2009; SPOSITO e SANTOS, 2012). Os espaços conjuntos das economias nacionais passam a ser o espaço contínuo de realização do padrão de reprodução do capital ao nível global, ou seja, o processo de valorização entre diferentes capitais produtivos estabelece uma lógica produção capitalista expansionista de tendência mundial⁴.

Concebendo a noção de mobilidade do capital, como uma concepção do sistema produtivo mundial, notabiliza-se a relevância que as Empresas Transnacionais⁵ (ETN) passam a exercer neste contexto, pois, cabe destacar que, a atuação das ETN como forma organizativa fundamental, pertinente a dinâmica do sistema produtivo nacional e internacional, se faz viável a medida que, os fluxos de capitais internacionais assumem o protagonismo no processo de mobilidade do capital no espaço (Sartifi, 2009; Sposito e Santos, 2012).

Portanto, de acordo com as perspectivas da dinâmica dos movimentos do capital no espaço, assinala-se uma articulação em nível internacional, de capitais de diferentes magnitudes, porém, coordenado pelas forças do sistema capitalista mundial, que constitui dentro das economias nacionais uma rede de produção nacional, que visa se articular com o sistema produtivo mundial. Nesse sentido, segue a compreensão de que, o sistema produtivo nacional opera em função do sistema produtivo mundial, cuja dinâmica é

⁴ Essa necessidade de acumulação desencadeia um processo de contínua expansão do capital, revelando assim, que a tendência de ocupação dos espaços econômicos, em níveis globais é algo imanente ao processo de acumulação capitalista, como Marx já definia nos *Grundrisse* (Marx, 2011).

⁵ Ainda que se faça aqui uma menção, considerando a dinâmica das empresas transnacionais estudadas de forma isoladas ou no somatório de suas atividades, não se pode conferir, substancialmente, a elas uma explicação total sobre a dinâmica do sistema produtivo mundial.

exercida seguindo o ritmo das economias centrais, as quais estabelecem a trajetória dos circuitos da acumulação capitalista (Marini, 2012).

Para mediar essa conformação entre a necessidade crescente da expansão da produção capitalista e os choques de interesses particulares dos Estados nacionais periféricos, o mesmo é dizer, das economias nacionais, destaca-se, de acordo com a abordagem de Martins que “é fundamental a existência de um Estado hegemônico, mediante o exercício de um poder hegemônico [*a fim de*] condicionar os diversos interesses particulares ao interesse geral e sistêmico” (Martins, 2011, p. 53).

A relação entre o Estado hegemônico (imperialismo estadunidense) e o Estado nacional periférico se dá mediante duas interações fundamentais: primeiramente a subordinação do Estado periférico ao ordenamento institucional global imposto pelo imperialismo, seja na forma de organismos multilaterais (FMI, Banco Mundial, OMC), seja na forma de um arranjo institucional nacional baseado em regras de conduta macroeconômica bem definidas (Consenso de Washington); segundo, o fluxo de transferência de rendas em um tempo contínuo, seja na forma de remessa de lucros, dividendos, juros, royalties etc. (Trindade, 2020; Mathias Luce, 2017).

A partir dessas articulações é possível mediar às relações econômicas internacionais, que por sua vez, permite a estruturação de uma economia com perspectivas mundiais, à medida que, são definidas regras para o comércio internacional, regras de circulação de capitais, moeda internacional e mediação entre conflitos por parte dos Estados nacionais periféricos. Isso, porém se estabelece de forma extremamente contraditória, já que permanece a disputa e a concorrência entre diferentes frações do capital.

Portanto, o papel do Estado hegemônico exerce uma relativa capacidade de influenciar, ainda que por certo período de tempo, a sua superioridade produtiva, comercial e financeira sobre as demais nações. A atuação desse Estado hegemônico compreende os aspectos de institucionalização de uma dinâmica econômica internacional.

Nesse sentido, observa-se que as bases para uma organização do processo de acumulação de capital em escala mundial estão sendo estabelecidas, pois, a estruturação do mercado e a expansão da reprodução do capital na forma de Economia mundo, associado com a presença de um “Estado hegemônico” criam a institucionalidade que permite o desenvolvimento sistêmico da economia mundial (Martins, 2011).

Portanto, a acumulação internacional de capital não se assenta, somente, com a produção de mais-valor impelida pela concentração produtiva, dimensionada apenas numa determinada nação. Para que haja uma acumulação internacional de capital, faz-se *mister*, a apropriação de mais-valor em escala internacional, e, para tanto, Martins observa que “a institucionalidade criada pela intervenção mundializante do ‘Estado hegemônico’ (...) garante a operacionalidade da divisão internacional do trabalho e da economia mundial” (Martins, 2011, p. 56).

Sendo assim, depreende-se que essa dinâmica entre a formação do Estado hegemônico e o avanço da expansão internacional do capital possibilita alcançar uma exploração da força de trabalho em escala mundial, e conseqüentemente, uma apropriação de mais-valor gerado internacionalmente, sendo assim, desse modo, se estabelece as condições para uma acumulação de capital em nível mundial.

É importante notar que o Estado desenvolve um papel relevante, mesmo que relativo, no processo de conformação da acumulação de capital em estância internacional, sendo, um agente que busca articular, ainda que de forma limitada, a interação e acesso entre muitos capitais, em diferentes espaços geográficos.

No processo de expansão capitalista, a atuação do Estado tem sido impositiva no caso das economias tardias e periféricas, cuja finalidade é fazer uma integração dessas economias tardias, com dinâmica de acumulação internacional, no entanto, cabe ressaltar a existência da limitação do papel do Estado, *vis-à-vis*, as condições de coordenação internacional do capitalismo, que se faz sob bases muito frágeis.

Sendo assim, a participação do Estado (hegemônico e nacional) na dinâmica do capital internacional, atua no sentido de articular, ainda que de forma inibida, as condições de superação das situações que limitam o processo de acumulação internacional de capital, pois, se por um lado o capital tem necessidades mundiais de acumulação, por outro lado, o capital é limitado pelos interesses das economias nacionais onde opera. Para avançar nesse quesito, a fim de, ver o capital mundial coexistir e exercer influência nas economias nacionais periféricas é necessário o *fiat* político de cada país.

Nesse contexto, a participação do Estado, como agente de integração das relações sociais de produção, busca criar a configuração econômica e política oportuna para proceder de forma convincente, em relação ações relacionadas ao desenvolvimento de uma economia mundial. Portanto, a atuação do Estado associado com o processo de expansão capitalista, segue no sentido de mediar os interesses particulares de economias nacionais, em interesses gerais e sistêmicos, e desse modo, possibilitando a dinâmica de mobilidade do capital, o que corresponde, a um importante aspecto de desencadeamento dos movimentos do capital transnacional.

Vale observar que os movimentos de mobilidade do capital estão associados com a presença do capital transnacional, o mesmo é dizer, das empresas multinacionais⁶ as quais

⁶ “A internacionalização produtiva definida pela utilização tanto de capital dinheiro como de capital produtivo em outros países, não é um fenômeno novo, comumente datado da década de 1950 quando as empresas estadunidenses deslocaram para Europa grande parcela dos seus investimentos produtivos. Os primeiros investimentos produtivos no exterior remontam os finais do século XIX, aproximadamente a partir dos anos de 1880, firmas estadunidenses, inglesas e de outros países europeus, tinham antes da Primeira Guerra Mundial, centenas de filiais fora de seus países. Essa constatação serve de apoio à afirmação de que o fenômeno das empresas multinacionais não ficou evidente na década de 1950, mas em finais do século XIX quando a Singer, Corn Products, Siemens, Nestlé, Schneider, entre outras ascenderam a condição de multinacionais” (BERTIN, 1978 *apud* SPOSITO E SANTOS, 2012, p. 24).

se tornou mais evidente, a partir do fim da segunda guerra mundial. Portanto, assinala-se que, assim como o Estado desempenhou um processo nada trivial de conformação da dinâmica internacional de acumulação de capital, por sua vez, o capital transnacional também ascende ao nível de importância no contexto do processo de acumulação de capital em estância mundial.

Desse modo, a presença das Empresas Transnacionais (ETN) tendem a ser mais incisiva nos setores ligados a produção de bens de capital, particularmente o de alta densidade tecnológica, setores ligados a produção de bens de consumo duráveis e a setores ligados a exploração de recursos naturais estratégicos a produção industrial em dimensão nacional e internacional.

O processo de mobilidade do capital no espaço, tem como parâmetro a participação das ETN's, combinado com fatores tecnológicos, e estes por sua vez, são estabelecidos na matriz. O domínio tecnológico é uma condição relevante para se verificar o potencial de transferência de capital de uma localidade para outra. Tecnologias já maturadas, são objeto de transferência no formato de capitais mobilizados para a periferia do sistema, algo estimulado pelas empresas transnacionais principalmente com vistas ao aumento da sua taxa média de lucro, seja revalorizando capitais já degradados de tecnologias já ultrapassadas, seja explorando nas fontes de recursos naturais ou se valendo de menores custos da força de trabalho (maior taxa de exploração), como assinala Souza (1985, p. 71).

Portanto, a intensificação do processo de movimento dos fluxos de capitais pertinente ao sistema produtivo nacional e internacional se materializa na atuação das empresas transnacionais. Essas empresas expressam um componente concreto de mobilidade do capital, assim como a dinâmica do investimento estrangeiro direto.

Os fluxos de capitais no espaço estão ligados diretamente às relações econômicas que as empresas transnacionais estabelecem entre localidades diferentes, por meio de Investimento Estrangeiro Direto (IED) (COUTINHO E HIRATUKA, 2004; SOUZA, 1985). Assinala-se, ainda, que a mobilidade do capital, mediante às atividades das empresas transnacionais, está associada ao fato de que o processo de acumulação de capital exige condições necessárias e suficientes para manter seu processo de valorização em escala ampliada, e nesse sentido, o desempenho das ETN's configuram aspectos relevantes para entender os movimentos dos investimentos⁷ em estância nacional e internacional.

⁷ Essas mudanças que podem ser observadas na transferência de plantas industriais de um país para outro, manifesta situações relativamente novas, isto é, antes as empresas realizavam “valor” por intermédio do comércio internacional, agora, com a presença de empresas atuando na práxis fora das suas fronteiras nacionais, há a possibilidade de criação de “valor” em outros países, nesse sentido, evidencia-se que os países para onde o capital se internacionalizou, ou seja, em grande parte para países subdesenvolvidos, estabeleceu-se a condição de *lôcus* de geração de valor, uma vez que eram somente espaços para realização de “valor” por meio do comércio.

4. INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO E O CAPITAL TRANSNACIONAL NO SETOR MINERAL DA AMAZÔNIA ORIENTAL

Seguindo a lógica do processo de mobilidade do capital no espaço, aduz-se que, tanto pela ótica da crítica da teoria da localização, com as fundamentações nos pressupostos da economia de escala, do tamanho da área de mercado, dos fatores aglomerativos, dos custos de transporte, dos custos de produção, quanto pela ótica da mobilidade de capital por meio da presença de empresas transnacionais, destaca-se que em ambos os casos evidencia-se que os movimentos do capital são eminentemente dinâmicos, sendo que essa característica determina a forma como o ritmo da acumulação se desenvolve.

Sendo assim, com intuito de apreender a dinâmica do capital transnacional no setor da mineração na Amazônia, busca-se apresentar qual o nível de relação entre este e o investimento estrangeiro direto na região. Tanto o Brasil, quanto a Amazônia em particular, tem sua história econômica polarizada pela atuação do capital internacional (MARQUES, 2010; OLIVEIRA, 1977; CARNEIRO, 2002).

No caso da Amazônia as imensas riquezas naturais têm sido para o capital uma reserva estratégica, intermitentemente, apropriada para produção de lucros. Mediante o avanço das “fronteiras” o capital internacional, cada vez mais, presente na Amazônia se estabelece sob duas perspectivas: 1) se apropria dos recursos extrativos naturais presentes na Amazônia como um componente de acumulação primitiva de capital⁸, para em seguida 2) programar seu processo de valorização de capital (PAULA, 2008).

A Amazônia como uma das últimas “fronteiras de recursos naturais⁹” brasileiras, tem uma perspectiva diferente do ponto de vista da sua relação com o capital, pois, se as demais fronteiras brasileiras foram ao longo do tempo consumidas e transformadas, efetivamente, em instrumentos de acumulação do capital, a Amazônia¹⁰ mantém-se em grande medida como depósito variado de recursos naturais.

De maneira geral compreende-se que a atividade mineral na Amazônia está baseada em dois modelos, o garimpo, que necessita de Lavra Garimpeira (PLG), junto ao

⁸ Como assinala Aluísio Leal na Amazônia [colonial] “não foi encontrado ouro nem prata a expectativa medieval dos portugueses em relação a essa concepção de riqueza fê-los recair na exploração dos recursos da natureza amazônica de modo bem mais rudimentar, iniciando desde aí, a sina extrativa da região” (Leal, 2010, p. 91).

⁹ A concepção de fronteira é tratada por Bertha Becker aludindo que “Kenneth Boulding denomina de economia de fronteira, significando com isso que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos. Esse paradigma da economia de fronteira realmente caracteriza toda a formação latino-americana” (Becker, 2005, p. 72).

¹⁰ Para uma visão mais abrangente da relação da Amazônia com o capital internacional, Aluísio Leal assinala a história da Amazônia subdividindo em quatro grandes períodos, o primeiro que pode ser chamado de “período exploratório”, seguido do “período colonial português”, terceiro período “vinculado às economias capitalistas hegemônicas”, e por fim, o quarto período que marcado pelo golpe militar, vigência da ditadura e a divisão internacional do trabalho, Leal (2010).

Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)¹¹, e a mineração de larga escala que necessita previa Autorização de Pesquisa, caso tenha viabilidade técnica, econômica e socioambiental pode evoluir para uma Concessão de Lavra (ENRÍQUEZ, 2014). A partir dos dados sobre direitos minerários DNPM, observa-se que a atuação da mineração de larga escala apresenta maior espaço de atuação *vis-à-vis* a mineração de pequena lavra garimpeira (Tabela 01).

Tabela 01 – Direitos Minerários em % (2002 a 2022)

Títulos / Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ações Referente Atuação Mineração Larga Escala	82,51	96,82	92,98	96,01	94,17	97,44	92,80
Ações Referente Atuação Mineração Pequena Lavra Garimpeira	17,49	3,18	7,02	3,99	5,83	2,56	7,20
Continuação							
Títulos / Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ações Referente Atuação Mineração Larga Escala	93,96	48,02	87,34	85,43	89,41	91,47	92,70
Ações Referente Atuação Mineração Pequena Lavra Garimpeira	6,04	51,98	12,66	14,57	10,59	8,53	7,30
Continuação							
Títulos / Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Ações Referente Atuação Mineração Larga Escala	80,99	85,55	90,76	90,04	88,15	93,75	88,58
Ações Referente Atuação Mineração Pequena Lavra Garimpeira	19,01	14,45	9,24	9,96	11,85	6,25	11,42

Fonte: ANM, (2023). Elaboração Própria.

¹Títulos Mineração Larga escala: Relatórios de Pesquisa Aprovados e Concessões de Lavra Outorgadas.

²Títulos Mineração Pequena Lavra Garimpeira: Permissões de Lavra Garimpeira Outorgadas.

Os dados da Tabela 01 permitem inferir que a demanda por direitos de concessão de lavra, em detrimento da lavra garimpeira aduz o quanto as grandes empresas minerais estão dominando esse espaço. Diante disso, busca-se fazer uma análise da dinâmica econômica

¹¹ O DNPM foi extinto dando lugar a Agência Nacional de Mineração (ANM), em 5/Dez/2018 entrou em vigor o decreto 9.587 de 27/Nov/2018 que instalou e definiu a estrutura da ANM (Brasil, 2018).

na Amazônia, observando o comportamento dos fluxos de investimento estrangeiro no setor da mineração, que por sua vez, apresenta relevante volume de capital, mais precisamente, na porção oriental da Amazônia.

Nesse sentido, a Amazônia enquanto espaço econômico está colocada *vis-à-vis* a atual configuração do capitalismo global, como uma área estratégica para perpetuação do capital monopolista, desse modo, a Amazônia desempenha o papel de grande produtora de recursos naturais. Sendo assim, o perfil de inserção das grandes mineradoras na Amazônia oriental tem atuado numa amplitude, cada vez mais, intensa e extensa no trabalho de extração e comercialização de minérios, o que constitui, de acordo com Trindade, “importantes agentes nos fluxos internacionais de produção e transação das principais *commodities* minerais estratégicas¹²” (TRINDADE, 2014, p. 56).

Reforça-se aqui a tônica de que, o setor mineral continua criando condições de incentivo aos fluxos de investimentos, e dentre eles, os investimentos estrangeiros. Pois, a mineração na Amazônia tem alcançado status de importância para as ações do governo federal, de longa data. Nesse sentido, Castro aduz a relevância do setor mineral quando assinala que “a mineração foi reconhecida pelo governo federal como um dos três pilares de sustentação do desenvolvimento do país (os outros são agricultura e turismo), (CASTRO, 2012).

A Amazônia oriental constitui um dos principais centros de atração de IED, seja pelas grandes quantidades de reservas minerais, pela qualidade do minério aqui localizado, seja pela logística já estabelecida. Essa estrutura de exploração mineral é central para garantir os fluxos de exportação que geram equilíbrio na balança comercial do país. Sendo assim, busca-se avaliar a dimensão da dinâmica econômica do setor mineral, concatenado pelos aspectos de influência dos investimentos estrangeiros na região, destacando, primeiramente, a distribuição do investimento estrangeiro direto por região do Brasil, assim como a divisão por unidades federativas, considerando os estados que compõem a Amazônia Oriental¹³.

A distribuição do investimento estrangeiro direto por região do Brasil, conforme apresentado na tabela 02, foi construída com dados do censo quinquenal de capitais

¹² Sobre esse aspecto Trindade destaca que “Considera-se minérios estratégicos à acumulação de capital as *commodities* que apresentam as características de elevada rentabilidade e condições mercantis de crescimento, como o alumínio, cobre e minério de ferro que “correspondem a mercados considerados ‘alvo’ pelas empresas” (Trindade, 2016, p. 56).

¹³ Amazônia oriental inclui PA, AP, MA, TO e MT. Sendo assim, nordeste sem MA e centro-oeste sem MT.

estrangeiros do Banco Central do Brasil (Bacen).¹⁴ Os estoques de IED na economia brasileira, são concentrados, essencialmente na região Sudeste¹⁵.

Na comparação entre a Amazônia oriental e a Amazônia ocidental, é relevante destacar a comparação do comportamento do IED entre ambas regiões, pois, a participação na composição total do IED não se alterou, substancialmente, no entanto, a Amazônia ocidental, apresentou um desempenho na dinâmica de estoque de IED, mais acentuada que a Amazônia oriental, como pode ser notado pela variação positiva do estoque de IED, que dobrou, e também, pelo nível alcançado da taxa média de crescimento de 12,56% ao ano, superando a taxa de média de crescimento do estoque de Amazônia oriental em 8,02% a.a.

Tabela 02 - Estoque IED por Região do Brasil em % (2000 e 2005)

IED Regiões Brasil	2000		2005		2000 – 2005	2005 – 2000
	valor R\$ mil	%	valor R\$ mil	%	Variação (%)	Taxa Média Cresc a.a (%)
Amazônia Oriental	2.971.447	1,48	3.878.063	1,02	30,51	4,54
Amazônia Ocidental	1.974.498	0,98	4.015.966	1,05	103,39	12,56
Nordeste	6.270.446	3,11	18.819.082	4,94	200,12	20,10
Centro Oeste	2.624.183	1,30	6.203.561	1,63	136,40	15,42
Sudeste	171.415.956	85,10	315.019.797	82,66	83,78	10,67
Sul	15.975.013	7,93	32.570.831	8,55	103,89	12,61
Exterior*	203.028	0,10	575.686	0,15	183,55	18,97
Total	201.434.571	100	381.082.987	100	89,18	11,21

Fonte: Bacen (2023). Elaboração própria. * O item Exterior, ajuste da Consolidação é a dedução para minimizar risco de dupla contagem na consolidação. Investimentos estrangeiros indiretos de primeiro grau no País (Bacen). Acesso em: <https://www.bcb.gov.br/rex/censoCE/port/censo.asp?frame=1>

Aspecto elucidativo para apreender os níveis de crescimento dos estoques de IED na Amazônia ocidental em detrimento dos níveis de estoque na Amazônia oriental, reside no fato pertinente a presença forte da dinâmica econômica pautada pela Zona Franca de Manaus, que acabam por incentivar a atração de IED para referida região. Como pode ser constatado, o volume de IED para a Amazônia oriental não compreende grande quantidade de recursos, se comparado com a região sudeste, porém, de todo modo, os recursos que adentram a Amazônia oriental impactam as atividades econômicas regionais, portanto, os dados da Tabela 03, descrevem a dinâmica do IED, especificamente, na Amazônia oriental.

¹⁴ Conferir os censos em: <https://www.bcb.gov.br/rex/censoCE/port/censo.asp?frame=1>

¹⁵ O Banco Central não disponibiliza os dados, com esse grau de detalhamento, nos Censos posteriores, o que limita nossa análise para o período considerado.

Desse modo, nota-se que a distribuição do estoque do IED realiza-se, centralmente, entre os estados do Pará, Maranhão e Mato Grosso, sendo que, os dados referentes ao ano de 2000, o Pará registrou maior estoque de IED, concentrando 43,16% do total de IED da Amazônia oriental, no ano de 2005, o estado do Mato Grosso concentrou o maior volume de IED com 39,57%.

De acordo com os dados pesquisados constata-se que o estoque de IED na Amazônia oriental reside, essencialmente, na tríade Pará, Maranhão e Mato Grosso que juntos concentraram 99% do estoque de IED em 2000 e 80,30% em 2005. Nesse sentido, infere-se que a presença do grande capital transnacional, como a Companhia Vale no Pará, Alumar no Maranhão e as empresas produtoras de soja no Mato Grosso tem fortalecido essa dinâmica.

Tabela 03 - Estoque IED por UF da Amazônia Oriental em % (2000 e 2005)

IED Amazônia Oriental	2000		2005		2000 - 2005	2005 - 2000
	valor R\$ mil	%	valor R\$ mil	%	Variação (%)	Taxa Média Cresc (%)
Amapá	14.129	0,48	446.066	11,5	3057,1	77,78
Maranhão	1.111.660	37,41	744.751	19,2	-33,01	-6,46
Mato Grosso	560.208	18,85	1.534.611	39,57	173,94	18,29
Pará	1.282.375	43,16	834.649	21,52	-34,91	-6,91
Tocantins	3.075	0,1	317.985	8,2	10240,98	116,65
Total	2.971.447	100	3.878.063	100	30,51	4,54

Fonte: Bacen (2023). Elaboração própria.

Acesso em: <https://www.bcb.gov.br/rex/censoCE/port/censo.asp?frame=1>

Os dados referente a tabela 03, apresentam uma perspectiva da evolução do IED na Amazônia Oriental, desse modo, observa-se que no quinquênio 2000 e 2005 o volume de IED para região em análise variou positivamente em 30%, inferindo, portanto, que a dinâmica econômica, principalmente, acentuada pela produção de *commodities* minerais tem influenciado nos movimentos de expansão de IED para região, sendo assim, corrobora com esse aspecto, a taxa média de crescimento anual do investimento estrangeiro na Amazônia Oriental, pois apresentou um desempenho de aproximadamente 5%.

Na análise sobre o estoque de IED nos estados que compõem a Amazônia Oriental, verificou-se que a variação negativa em mais de 30% no estoque de IED do Pará, assim como, no Maranhão foi acompanhado por uma taxa média de crescimento anual negativa.

Desse modo, assinala-se que, os referidos investimentos estrangeiros passaram a ser mais direcionados às atividades econômicas do Mato Grosso, com ênfase para produção de soja.

Portanto, depreende-se que, no início da década de 2000 as *commodities* agrícolas ganharam relativa importância, na perspectiva de atração de investimentos estrangeiros. Contudo, ao longo da década de 2000 até meados dos anos de 2011 o mercado de minerais e metais passaram por um momento de elevação dos preços das *commodities* minerais (o *boom* dos preços das *commodities*). Esse período foi influenciado pelo crescimento da demanda chinesa por bens minerais, cujo corolário desse processo resultou na elevação da participação dos investimentos estrangeiros direto para o Brasil no fim dos anos 2000.

A presença desse IED nas atividades ligadas as *commodities* colaboraram para conformação da pauta de exportação primária exportadora da economia brasileira (TRINDADE, 2014). Com base no censo de capitais estrangeiros elaborado pelo (Bacen), foi possível elencar, somente, as empresas que receberam IED, no período tratado na tabela 04. Dessa forma, pode-se fazer uma correspondência entre as exportações e importações que essas respectivas empresas realizaram. Sendo assim, observa-se que as empresas que concentram IED no Pará, foram as empresas que mais dinamizaram suas exportações no ano de 2000, e não por acaso, no mesmo ano o Pará foi o estado que mais entronizou IED na sua economia.

Tabela 04 Amazônia Oriental exportação e importação (em % somente das empresas que receberam IED) (2000 e 2005)

IED Amazônia Oriental	Amapá	Maranhão	Mato Grosso	Pará	Tocantins	Total
Exportação 2000	2,23	21,11	25,27	51,38	0,002	100
Importação 2000	0,25	27,92	30,31	41,42	0,09	100
Exportação 2005	1,66	17,05	63,22	16,45	1,62	100
Importação 2005	1,11	34,52	52,39	10,33	1,66	100

Fonte: Bacen, (2023). Elaboração própria.

Acesso em: <https://www.bcb.gov.br/rex/censoCE/port/censo.asp?frame=1>

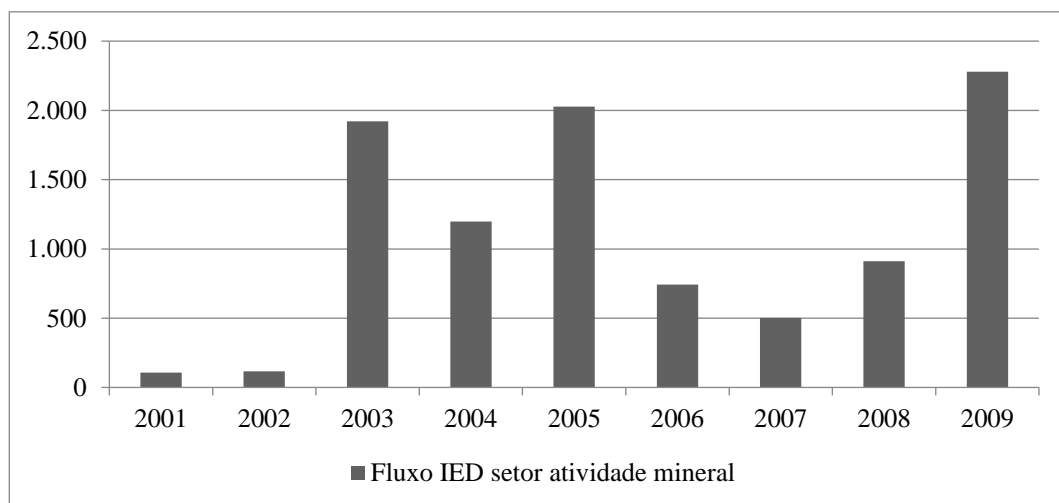
Contudo, um aspecto importante pode ser apreendido com relação as exportações e a dinâmica do IED na Amazônia oriental, pois, nesse sentido, depreende-se que a atração de IED foi fortemente polarizada pela presença do grande capital transnacional, e desse modo, observa-se que o grande capital instalado na Amazônia oriental se personifica no capital que atua, principalmente, nas atividades de exploração de *commodities*, configurando assim, um fortalecimento da dinâmica agroindustrial e mineral na região, e com isso, implicando no fortalecimento da reprimarização da pauta de exportação brasileira (TRINDADE, 2014).

O nível de exportações, principalmente, no Pará, Maranhão, Mato Grosso, com mais de 90% do total das exportações em ambos os períodos, reforça a manutenção de uma

política pública de exportação pautada na geração de divisas para o país, isso por sua vez, limita processos de desenvolvimento socialmente enraizados, endógenos (MONTEIRO, 2005).

Por fim, assinala-se que os fluxos de investimento estrangeiro direto associado a economia da região mineradora da Amazônia, na década de 2000, tem uma trajetória oscilante, desse modo, o gráfico 01 apreende o comportamento dos fluxos de investimento estrangeiro direto, para o setor de atividade mineral no período de 2001 a 2009.

Gráfico 01. Fluxo IED* setor de atividade mineral em R\$ milhões 2001 a 2009



Fonte: Bacen. *valores convertidos de dólar dos EUA para real do Brasil e deflacionados pelo IGP-DI. Valores da conversão à cada ano: 2001 - 1 dólar dos EUA = 2,3196 Real Brasil (31/12/2001); 2002 - 1 dólar dos EUA = 3,5325 Real Brasil (31/12/2002); 2003 - 1 dólar dos EUA = 2,8884 Real Brasil (31/12/2003); 2004 - 1 dólar dos EUA = 2,6536 Real Brasil (31/12/2004); 2005 - 1 dólar dos EUA = 2,3399 Real Brasil (30/12/2005); 2006 - 1 dólar dos EUA = 2,1372 Real Brasil (29/12/2006); 2007 - 1 dólar dos EUA = 1,7705 Real Brasil (31/12/2007); 2008 - 1 dólar dos EUA = 2,3362 Real Brasil (31/12/2008); 2009 - 1 dólar dos EUA = 1,7404 Real Brasil (31/12/2009). Acesso em: <https://www.bcb.gov.br/rex/censoCE/port/censo.asp?frame=1>

Portanto, destaca-se que os ciclos de IED para o setor de atividade mineral, relacionados à economia amazônica começam a ter uma característica mais lancinante, a partir do ano de 2003, seguido do biênio 2004 e 2005, dado que, nesse período os afluxos de investimentos estrangeiros adentram a economia regional, concatenados com o aumento da produção mineral, evidenciando a relevância do IED para o setor de atividade mineral, na Amazônia Oriental (ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO, 2010).

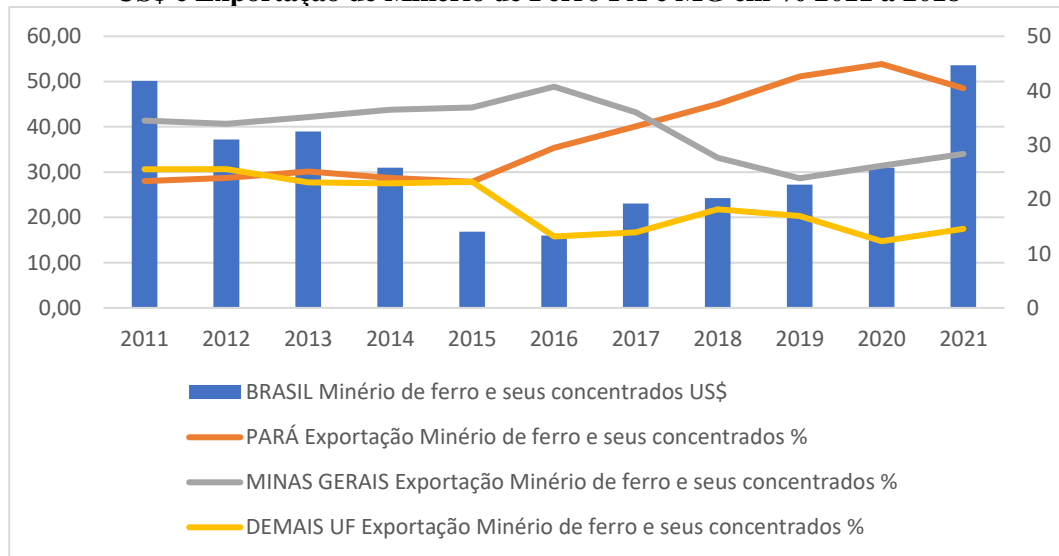
Nos anos subsequentes, o Gráfico 01 apresenta, o impacto na diminuição dos fluxos de IED em função da crise econômica internacional, dado que a atividade mineral na região é fortemente influenciada pelo mercado internacional, e como se sabe, a formação do preço das *commodities* se origina também, nas trocas internacionais. Assinala-se que a dinâmica

do investimento estrangeiro direto tem aumentado sua participação nas atividades econômicas da Amazônia oriental, com considerável destaque para o setor da mineração.

A presença das ETN's, de maneira geral, e em particular no setor mineral da Amazônia Oriental tende a criar fluxos regulares de investimento internacional. Diante disso, duas situações são engendradas. Primeiro, a ampliação do raio de ação da mineração em larga escala cria efeitos de vulnerabilidade sobre os recursos minerais, visto que, as decisões pertinentes ao setor mineral da região atendem a uma lógica fora dos interesses regionais. Segundo, a concentração de políticas públicas centrada na produção mineral de larga escala ocupa tanto espaço nas agendas do governo estadual e federal que, as situações dos garimpos tendem a se agravar ainda mais, com a degradação do meio ambiente e as péssimas condições de vida da população local que tem na garimpagem seu meio de ocupação.

Portanto, observa-se que o padrão de exploração mineral na Amazônia Oriental responde a lógica centrada nas grandes produções minerais. Nesse sentido, observa-se que há um reforço na ausência de ações que visam promover um crescimento econômico regional sob base locais, pois, tanto a base tecnológica usada na mineração quanto os resultados tributários, pouco retornam em benefícios sociais ao local de extração da atividade mineral.

Gráfico 02. IED Entrada Participação no Capital na Indústria Extrativa Mineral em US\$ e Exportação de Minério de Ferro PA e MG em % 2011 a 2018



Fonte: MIDIC (2023). <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio/75145>.

Bacen (2023). <https://www.bcb.gov.br/rex/censoCE/port/censo.asp?frame=1>.

Ademais, assinala-se que o IED esteve presente na atividade da indústria extrativa mineral nacional ao longo da década de 2010, como pode ser visto no Gráfico 02. Diante

disso, observa-se que o minério de ferro se manteve como um dos principais itens da pauta de exportação brasileira, de modo que, nesse cenário dois estados brasileiros destacaram-se como os principais entes que dinamizam a indústria extrativa mineral, a saber, os estados de Minas Gerais e Pará, responsáveis em média por 75% das exportações de minério de ferro e seus concentrados no período de 2011 a 2018.

Sendo assim, apreende-se que os fluxos de IED no setor da indústria extrativa mineral foram atraídos para os dois principais polos dinâmicos da atividade mineral brasileira, ou seja, Minas Gerais e Pará. Ressalta-se que o estado do Pará superou o estado de Minas Gerais, no que diz respeito a intensificação da atividade industrial extrativa mineral, pois, a partir de 2015 apresentou elevada dinâmica de crescimento das exportações, e desse modo, em 2017 as exportações minerais paraenses ultrapassaram as exportações de Minas Gerais. Portanto, o estabelecimento desse cenário, pertinente a pauta de exportação aduz que o IED que atuam no setor da indústria extrativa mineral assume uma trajetória em direção ao setor mineral paraense, ou seja, amazônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A localização de uma atividade econômica pode atuar com elemento decisivo no processo de crescimento e desenvolvimento de base local. Regiões que apresentam recursos naturais se qualificam como espaços de potencial desenvolvimento de atividades econômicas. Sendo assim, a localização de um empreendimento assume a posição de estimular a mobilidade de capital no espaço, tanto como fluxos líquidos de investimento, como transferência de plantas produtivas, a semelhança das empresas transnacionais.

Desse modo, a mineração na Amazônia Oriental, passa a receber fluxo de investimento estrangeiro direto, mesmo que relativamente menor que as demais regiões do Brasil, ainda assim, tais recursos atuam de forma impactante na região, que estimulam a transformação da Amazônia oriental num espaço produtor de bens primários para exportação, especialmente minero-exportador.

Nesse sentido, pode-se observar que o IED colaborou com os fluxos de exportações, e desse modo, reforçando o padrão de política de exportação de recursos naturais, a fim de gerar divisas internacionais, subordinando os interesses locais em detrimento aos interesses de exploração mineral de larga escala. Por fim, destaca-se que a lógica presente na exploração mineral na Amazônia Oriental não busca estabelecer nenhum nexo de crescimento e desenvolvimento de bases endógenas.

A formação do espaço econômico amazônico se estabelece sob forte influência da indústria extrativa mineral, sendo a exploração em larga escala de minerais de elevado valor estratégico, como o ferro, bauxita, estanho, ouro e outros, fator de atração de expressivo fluxo de Investimento externo direto, como demonstrado no estudo. Assim, o território amazônico e, muito especificamente, o estado do Pará apresenta uma dinâmica rápida de ocupação e exploração das jazidas localizadas em seu subsolo, tendo algumas

consequências expressivas: i) a acelerada extração mineral reduz a aceleração da exaustão das minas; ii) observa-se uma expressiva transferência de riqueza em curto período de tempo, principalmente para os controladores das maiores empresas mineradoras, muito especificamente, a Vale S.A.; iii) a atração de capitais também favorece a forte mobilidade de força de trabalho, modificando em larga escala o *hinterland* paraense e conformando novas cidades médias no entorno da grande exploração mineral (Marabá, Parauapebas, Canãa dos Carajás, no circuito ferrífero da Vale S.A.).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO. Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Vol. 35. 2010. DF – Brasília.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD, n. 107, p. 57-76, 2004.

BRASIL. Lei nº 9.587, de 27 de Novembro 2018. Instala a Agência Nacional de Mineração e aprova a sua Estrutura Regimental e o seu Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, Edição: 228, p. 3, 27 Nov. 2018.

CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em Crise: A economia brasileira no último quarto do século XX. 1ª ed. São Paulo: Unesp, 2002.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. Caderno CRH, Salvador, v.25, n.64, p.45-61, Jan./Abr. 2012.

COUTINHO, Luciano; HIRATUKA, Célio, Org(s). Internacionalização e o desenvolvimento da indústria no Brasil. São Paulo: Unesp, 2004.

DINIZ, Marcelo Bentes; DINIZ, Márcia Teixeira Jucá. Exploração dos recursos da biodiversidade da Amazônia Legal: uma avaliação com base na abordagem do Sistema Nacional/Regional de Inovação Redes. Revista do Desenvolvimento Regional, vol. 23, núm. 2, pp. 210-237, 2018.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

NORTH, Douglass C. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. Economia regional: textos escolhidos. Belo Horizonte, Cedeplar, 1977.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia. Mineração na Amazônia. Periódico Parceria Estratégica. Vol. 19; N. 38; pag 155 – 198; Jan – Jun 2014. DF – Brasília.

GONÇALVES, Reinaldo. Globalização e Desnacionalização. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. Os limites do Capital. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

HUNT, E. K. História do pensamento econômico. São Paulo: Editora Campus, 1988.

LEAL, Aluizio Lins. Uma sinopse histórica da Amazônia (Uma visão política). *Revista de Estudos Paraenses*. Edição especial. Belém, p. 89- 122. 2010.

LEMOS, Maurício Borges. Espaço e Capital: Um estudo da Dinâmica Centro versus Periferia. 1988. Tese (Doutorado em economia). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

MARQUES, Gilberto Souza. Amazônia: riqueza, degradação e saque. 1ª Ed São Paulo: Editora Expressão popular, 2019.

MARSHALL, Alfred. Princípios de Economia. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I o processo de produção do capital. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MILONAKIS, Dimitris. Economia neoclássica. In: FINE, Bem, SAAD FILHO, Alfredo. Dicionário de economia política marxista. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Novos Cadernos NAEA*. Vol. 8, N. 1, pag 141 – 187, Jun, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro: Graal. 1977, 1º Ed.

PAULA, João Antonio de. As Amazônias do século XXI. Belém: Editora Edufpa, 2008, 1ª edição.

RADICE, Hugo. Corporações transnacionais. In: FINE, Bem, SAAD FILHO, Alfredo. Dicionário de economia política marxista. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

SANTOS, Milton. Economia Espacial. São Paulo: EDUSP, 2007.

SARTI, Fernando; LAPLANE, Mariano F. Internacionalização e Desenvolvimento da Indústria no Brasil. São Paulo: Unesp, 1ª Ed. 2004.

SARTIFI, G. O Terceiro Xadrez: como as empresas multinacionais negociam nas relações econômicas internacionais. 1ª ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SOUZA, Herbert José de. O Capital Transnacional e o Estado. Petrópolis: Vozes, 1ª Ed, 1985.

SPOSITO, E. S.; SANTOS, L. B. O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

TRINDADE, José Raimundo Barreto; OLIVEIRA, Wesley. Padrão de especialização primário exportador e a dinâmica de dependência nas duas últimas décadas na economia brasileira. In: OMMOLLA, Chicito, *et al.* Desenvolvimento nas ciências sociais: política externa, espaço e desenvolvimento. Brasília: IPEA, p. 55-86, 2014.

TRINDADE, José Raimundo Barreto. Crítica da economia política da dívida pública e do sistema de crédito capitalista: uma abordagem marxista. Editora: CRV. 1 Ed. Curitiba, 2017.

TRINDADE, José Raimundo Barreto. Empresas transnacionais, territorialidade e impactos ambientais na região amazônica oriental brasileira. Mineração, trabalho e conflitos amazônicos no sudeste do Pará [livro eletrônico]. / organizadores do volume:

Celia Regina Congilio, Rosemayre Bezerra, Fernando Michelotti. –1.ed.—Marabá, PA: iGuana, 2019.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (Unctad), 2004.

WALRAS, Léon. Elementos de Economia Política Pura. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

World Investment Report 2015: Reforming International Investment Governance. United Nations, New York/Geneva, 2015.